
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ
Gauxupé - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1), e também a Lei Complementar nº. 187/2021.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafo de Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 10, que descreve a posição da entidade quanto a recuperabilidade de ativos imobilizados Conforme mencionado na referida nota, a Administração realizou avaliação periódica de redução ao valor recuperável (*impairment test*) com base em projeções de fluxo de caixa futuro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da "Entidade" é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades do Terceiro Setor (NBC ITG 2002 R1), e ainda em observação aos preceitos da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Continuidade Operacional

Sem modificar nossa opinião, nos termos da NBC TA 570, chamamos a atenção para o fato de que, no exercício de 2025, a soma do passivo circulante e não circulante da Entidade excedeu o total do ativo circulante e não circulante, resultando em um patrimônio líquido negativo no valor de R\$ (3.912mil)

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram opinião com ressalvas em 23 de maio de 2025, de impossibilidade de relatórios que compusesse o saldo de contas a receber no montante de R\$ 916 mil, da falta de controle físico dos bens do ativo imobilizado no montante de R\$ 7.858 mil, e de não ter evidências de circularização do saldo de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 2.408 mil. com ressalva, datado de 21 de maio de 2025.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtermos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliarmos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação de uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objeto de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Sorocaba (SP), 20 de março de 2026.



ACR AUDITORIA E CONTABILIDADE LTDA
CNPJ nº 17.325.769/0001-82
CRC2SP035035/O-0



ANTONIO CARLOS RUBINATO
Contador – CRC1SP111745/O-5
REGISTRO NO IBRACON Nº 5.092 DE 23.08.2016



JÉSSICA CHRISTINA GREGÓRIO RUBINATO BOTEZINI
CONTADORA – CRC1SPC297849/O-9
REGISTRO CNAI Nº 6224 DE 18.11.2019



LUANA APARECIDA GREGÓRIO RUBINATO
CONTADORA – CRC1SP247586/O-5
CPF Nº 322.689.598-21

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ - CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$ mil)

A T I V O

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa		6.297	3.934
Caixa geral		36	46
Bancos c/ movimento – recursos sem restrição		147	51
Bancos c/ movimento – recursos com restrição		35	194
Aplicações financeiras – recursos sem restrição		1.628	1.787
Aplicações financeiras – recursos com restrição		4.451	1.856
Outros créditos		5.070	4.786
Adiantamentos a funcionários		77	71
Adiantamentos a fornecedores		11	449
Estoque de medicamentos e insumos		1.473	1.357
Clientes e convênios a receber		1.695	1.642
Subvenções a receber		1.814	1.267
TOTAL DO CIRCULANTE		11.367	8.720
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		65	60
Cotas – Capital		65	60
Imobilizado		8.425	7.858
Terrenos sem restrição		1.489	1.489
Edificações sem restrição		4.194	4.101
Poço artesiano sem restrição		185	74
Bens hospitalares e não hospitalares sem restrição		8.028	7.903
(-) Depreciações acumuladas sem restrição		(8.464)	(8.390)
Bens hospitalares e não hospitalares com restrição		4.955	3.977
(-) Depreciações acumuladas com restrição		(1.962)	(1.296)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.490	7.918
TOTAL DO ATIVO		19.857	16.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ - CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Balanco Patrimonial

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$ mil)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		505	581
Fornecedores		672	950
Obrigações com pessoal e encargos		1.291	1.263
Férias e encargos sociais a pagar		1.620	1.606
Obrigações fiscais		145	175
Subvenções a realizar		5.463	2.050
Outras obrigações		80	52
Acordos trabalhista a pagar		52	70
TOTAL DO CIRCULANTE		9.828	6.747
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos		3.069	1.827
Obrigações com pessoal		79	0
Provisão para contingências		266	904
Parcelamento PGFN		22	52
Subvenções a realizar		2.015	2.681
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.451	5.464
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	16	3.382	3.983
Reserva de reavaliação	16	1.045	1.045
Ajustes de exercicios anteriores		-	939
Resultado de 31.12.2024	16	-	(1.540)
Resultado de 31.12.2025	16	151	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.578	4.427
TOTAL DO PASSIVO+PATRIMONIO LÍQUIDO		19.857	16.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ - CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$ mil.)

Descrição	Nota	31/dez/2025	31/dez/2024
RECEITA OPERACIONAL			
Repasses – Contratualização SUS	18	14.193	14.468
Repasses – Pronto Atendimento	18	10.354	8.903
Subvenções – Municipais, Estaduais e Federais		14.750	12.552
Convênios	17	6.385	6.676
Pacientes Particulares	18	1.958	1.567
Doações	18	451	412
Outras receitas	18	91	83
		48.182	44.661
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custos com Serviços Médicos e laboratórios	19	(16.336)	(14.435)
Custos com Pessoal	19	(19.717)	(19.027)
Custos com Materiais	19	(8.370)	(8.652)
Outros Custos Operacionais	19	(1.805)	(1.576)
		(46.228)	(43.690)
		1.954	971
RESULTADO BRUTO			
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas Gerais e Administrativas	20	(630)	(730)
Despesas com Serviços de Terceiros		(660)	(586)
Despesas Financeiras	21	(432)	(286)
Receitas Financeiras	21	1.150	214
Encargos de Depreciação	18/22	(740)	(868)
Despesas com acordos trabalhistas		(458)	(248)
Outras Despesas Operacionais		(33)	(7)
		(1.803)	(2.511)
		151	(1.540)
RESULTADO SUPERÁVIT/DÉFICIT LÍQUIDO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ - CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Demonstração do Resultado Abrangente

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em R\$ mil)

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Superávit / Déficit do exercício	151	(1.540)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	151	(1.540)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ - CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Descri�o	Patrimônio Social	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.940	(2.290)	10.650
Variacão do patrimônio social	(2.290)	2.290	-
Déficit do exercício	-	(5.622)	(5.622)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.650	(5.622)	(5.028)
Variacão do patrimônio social	(5.622)	5.622	-
Ajustes de exercícios anteriores	939	-	939
Déficit do exercício	-	(1.540)	(1.540)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.967	(1.540)	4.427
Variacão do patrimônio social	(1.540)	1.540	-
Superávit do exercício	-	151	151
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.427	151	4.578

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DA SANTA CASA DE PORTO FELIZ
CNPJ nº 55.141.725/0001-91

Demonstração do Fluxo de Caixa em
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1- Das atividades operacionais:	31/dez/2025	31/dez/2024
A – Provenientes das operações		
Superávit/Déficit do exercício	151	(1.540)
Depreciações e amortizações	740	866
Ajustes de exercícios anteriores	-	939
	891	265
B – Acréscimos/Decréscimos nos ativos e passivos:		
Estoques	(116)	(357)
Valores a receber	(600)	(1.997)
Adiantamentos a funcionários	(6)	(71)
Adiantamentos a fornecedores	438	(39)
Outros créditos	-	(112)
Fornecedores	(300)	(222)
Obrigações com pessoal	96	178
Obrigações fiscais e sociais	(3)	(142)
Subvenções a realizar	2.747	447
Provisão para contingências	(638)	-
Outras obrigações	-	87
(=) Total dos acréscimos/decréscimos nos ativos e passivos	1.618	(2.228)
(=) Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.509	(1.963)
2- Das atividades de investimentos		
Pelo aumento em investimentos	(5)	(17)
Pela aquisição de equipamentos	(1.307)	(644)
(=) Caixa gerado pelas atividades de investimentos	(1.312)	(661)
3- Das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	1.166	1.769
(=) Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	1.166	1.769
4-Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	2.363	(855)
5-Demonstração do aumento/redução de caixa e equivalente de caixa	2.363	(855)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	3.934	4.789
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	6.297	3.934

IRMANDADE DE MISERICÓRDIA DE GUAXUPÉ – CNPJ nº 20.772.760/0001-24

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em R\$ mil)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Irmandade de Misericórdia de Guaxupé (IRMIG) é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, assistencial e filantrópico, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, fundada em 10 de julho de 1910, com sede e foro no município de Guaxupé, Estado de Minas Gerais, à Praça Dr. Francisco Lessa, 162, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade é reconhecida como Instituição de Utilidade Pública e Filantrópica.

A IRMIG tem por finalidade estatutária prestar assistência médico-hospitalar a enfermos necessitados, sem distinção de cor, sexo, raça, crença religiosa ou ideal político. Adicionalmente, serve de campo para instrução e formação de profissionais de saúde e pode realizar outras atividades que atendam aos interesses da Instituição e à sua missão assistencial.

A Entidade detém o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS na área de saúde, concedido pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria SAES/MS nº 3.286, de 23 de setembro de 2025, com vigência de 01 de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2028 (Processo nº 25000.144240/2025-11), assegurando-lhe o direito à isenção das contribuições sociais patronais prevista no art. 195, §7º da Constituição Federal.

NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, em especial:

- (a) NBC TG Estrutura Conceitual — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/11;
- (b) ITG 2002 (R1) — Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12;
- (c) Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, na extensão em que não conflitem com as normas específicas para entidades do terceiro setor.

As demonstrações contábeis compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as presentes Notas Explicativas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, apresentados para fins comparativos.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações são descritas a seguir e foram aplicadas de forma consistente em relação ao exercício anterior, salvo quando indicado de outra forma.

a-) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Entidade são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual opera ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Entidade.

b-) Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são classificadas e mensuradas conforme os critérios estabelecidos pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros. As aplicações de curto prazo são registradas pelo custo amortizado, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, cujos valores aproximam-se do valor justo. As aplicações vinculadas a convênios e subvenções são demonstradas separadamente, com indicação das restrições aplicáveis.

c-) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (impairment), em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas que refletem a vida útil econômica estimada de cada classe de bem, conforme segue:

Classe de Ativo	Taxa Anual	Vida Útil Estimada
Edificações	4%	25 anos
Máquinas e equipamentos médico-hospitalares	10%	10 anos
Equipamentos de informática	20%	5 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Veículos	20%	5 anos
Instalações	10%	10 anos

d-) Demais ativos

Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao custo de aquisição ou ao valor de realização, o que for menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando necessária.

e-) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente — legal ou não formalizada — decorrente de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do respectivo valor possa ser apurada, em conformidade com a NBC TG 25 (R2).

f-) Demais Passivos

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

g-) Subvenções Governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas em conformidade com a NBC TG 07 (R2). As subvenções relacionadas a ativos são inicialmente reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos respectivos bens. As subvenções relacionadas a custeio são reconhecidas no resultado do período em que as despesas correspondentes são incorridas.

h-) Reconhecimento de Receitas e Doações

As receitas de doações são reconhecidas quando há transferência efetiva do controle do ativo recebido, observando-se o regime de competência. Os recursos em espécie são registrados no ativo disponível quando do recebimento efetivo. Doações em bens são registradas pelo valor justo na data do recebimento.

i-) Uso de Estimativas e Julgamentos Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer estimativas e julgamentos que afetam os montantes de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados podem diferir das estimativas. As principais estimativas dizem respeito a: vidas úteis dos ativos imobilizados, provisões para contingências trabalhistas e cíveis, e ajuste ao valor recuperável de ativos.

j-) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, sendo reconhecidas no período a que competem, independentemente do recebimento ou pagamento.

NOTA 4 - DISPONIBILIDADES

Os valores registrados neste grupo representam moeda em espécie em caixa, depósitos à vista em instituições bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Os saldos com restrição correspondem a recursos vinculados a convênios e subvenções governamentais, cujo uso está condicionado aos termos dos respectivos instrumentos. Os saldos estavam compostos da seguinte forma:

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Caixa e equivalentes de caixa — livres	1.811	1.884
Saldos vinculados a convênios e subvenções — com restrição	4.486	2.050
Total	6.297	3.934

Saldos livres: compostos por caixa (R\$ 35.629), bancos conta corrente (R\$ 147.286) e aplicações financeiras de curto prazo (R\$ 1.628.422).

Saldos com restrição: compostos por contas correntes (R\$ 35.424) e aplicações financeiras vinculadas (R\$ 4.450.507), cujo resgate ou movimentação depende de autorização ou comprovação de aplicação junto aos órgãos concedentes.

NOTA 5 – CRÉDITOS COM O SUS

Os valores registrados correspondem aos repasses a receber do poder público decorrentes da contratualização firmada entre a Entidade e o SUS — Sistema Único de Saúde, nos termos dos contratos de gestão e portarias vigentes. O reconhecimento das receitas obedece ao regime de competência, com base nos serviços efetivamente prestados e nos tetos financeiros pactuados.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Créditos com o SUS	1.814	1.267
Total	1.814	1.267

NOTA 6 – CRÉDITOS COM CONVÊNIOS E PACIENTES PARTICULARES

Este grupo compreende os valores a receber de operadoras de planos e seguros de saúde, decorrentes de serviços médico-hospitalares prestados e faturados, pendentes de liquidação na data de encerramento do exercício, bem como os créditos com pacientes particulares. Os valores são reconhecidos conforme a realização efetiva dos serviços, observando o regime de competência. A Entidade avalia periodicamente a necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base no histórico de recebimentos e análise individual das contas a receber.

6.1 – Créditos com convênios e operadoras

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Créditos com convênios e operadoras de saúde	1.663	1.625
Total	1.663	1.625

6.2 – Créditos com Pacientes Particulares

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Créditos com pacientes particulares	32	17
Total	32	17

NOTA 7 – CRÉDITOS COM COLABORADORES

Os valores registrados neste grupo referem-se a adiantamentos concedidos aos colaboradores da Entidade, a serem recuperados por meio de desconto em folha de pagamento ou prestação de contas, conforme política interna vigente. Incluem-se os adiantamentos de férias, correspondentes a valores pagos antecipadamente por ocasião do gozo das férias, deduzidos nos meses subsequentes conforme parametrização do sistema de folha de pagamento.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos e créditos com colaboradores	77	71
Total	77	71

NOTA 8 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Os adiantamentos a fornecedores representam valores pagos antecipadamente pela Entidade para aquisição de materiais, bens ou contratação de serviços, cuja entrega ou prestação não havia sido concluída até a data de encerramento do exercício. Tais adiantamentos estão vinculados a contratos formais ou documentos fiscais emitidos previamente, com exigência contratual de pagamento antecipado. Esses valores serão apropriados ao custo ou à despesa correspondente à medida em que os bens forem entregues ou os serviços efetivamente prestados, em conformidade com o regime de competência.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Adiantamentos a fornecedores	11	449
Total	11	449

NOTA 9– ESTOQUES

Os estoques da Entidade são compostos por medicamentos, materiais médico-hospitalares e itens de consumo interno utilizados nas atividades assistenciais, operacionais e administrativas. São mensurados pelo custo de aquisição, determinado pelo método da média ponderada móvel, em conformidade com a NBC TG 16 — Estoques. Quando o valor de realização líquida for inferior ao custo registrado, é reconhecido ajuste para redução ao valor realizável líquido. A movimentação e o controle dos estoques são realizados por meio de sistema informatizado integrado, que permite rastreabilidade e controle de validade.

Grupo de Estoque	31/dez/2025	31/dez/2024
Drogas e medicamentos	341	406
Material de consumo hospitalar	215	483
OPME — Órteses, Próteses e Materiais Especiais	400	-
Farmácia satélite — hemodiálise	166	-
Rouparia	104	142
Gêneros alimentícios	30	32
Material de limpeza e produtos para lavanderia	39	71
Material de escritório e impressos	38	58
Manutenção e reparo	34	29
Demais grupos de estoque	106	136
Total	1.473	1.357

NOTA 10– IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens tangíveis mantidos para uso na prestação de serviços assistenciais, na administração e em outras atividades institucionais, com expectativa de utilização por mais de um exercício. Os ativos são registrados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, em conformidade com a NBC TG 27 — Ativo Imobilizado.

A Entidade realiza periodicamente a avaliação de indícios de impairment nos termos da NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10.1 – Imobilizado (saldo líquido)

CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências		Saldo em 31/12/2025
				Entradas	Saídas	
BENS LIVRES (SEM RESTRIÇÕES)						
Terrenos	1.489					1.489
Edificações	3.878	316				4.194
Poço Artesiano	74	111				185
Construção em Andamento	223				223	
Máquinas e Equipamentos	6.823	115				6.938
Móveis e Utensílios	827	9				836

CUSTO DE AQUISIÇÃO						
Imobilizado	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025	
				Entradas	Saídas	
BENS LIVRES (SEM RESTRIÇÕES)						
Equipamentos de Informática	254					254
Software / Intangível	9					9
BENS COM RESTRIÇÕES — SUBVENÇÕES / CONVÊNIOS						
Emenda Impos. PL 44/2023 — Vereador M.	60					60
Resolução SES Nº 9.005/2023	191					191
Resolução SES Nº 9.252/2024	63					63
Termo de Compromisso Nº 03/2025		130				130
Verba COVID-19 — Equipamentos e Móveis	1.831					1.831
Resolução SES Nº 9.828/2024		772				772
Convênio Federal Nº 922385/2021	392					392
Resolução SES/MG Nº 7.874/2021	1.300					1.300
Resolução SES/MG Nº 8.904/2023	140					140
Resolução SES Nº 9.601/2024		76				76
Total Custo	17.554	1.530		-	223	18.860
Dep. Acum. — Edificações / Imóveis	1.736	27				1.763
Dep. Acum. — Máquinas e Equipamentos	4.411	1.680				6.091
Dep. Acum. — Móveis e Utensílios	370	15				384
Dep. Acum. — Informática e Intangível	227	7				234
Reversão Dep. Exercício Anterior	1.655		1.655			-
Dep. Acum. — Verba COVID-19	839	248				1.087
Dep. Acum. — Res. SES/MG Nº 7.874/2021	260	260				520
Dep. Acum. — Res. SES/MG Nº 8.904/2023	28	36				64
Dep. Acum. — Convênio Federal 922385	156	59				215
Dep. Acum. — Res. SES Nº 9.005/2023	9	38				47
Dep. Acum. — Res. SES Nº 9.252/2024	1	13				14
Dep. Acum. — Emenda Impos. PL 44/2023	2	12				14
Total Depreciação	9.696	2.395		-		10.435
SALDO LÍQUIDO (NET) — ATIVO IMOBILIZADO	7.858	(865)		-	223	8.425

10.2 – Imobilizado com Restrições (saldo líquido).

Parte dos ativos imobilizados está vinculada a recursos provenientes de convênios, subvenções governamentais e emendas parlamentares, cujas condições de uso estão condicionadas aos termos dos respectivos instrumentos. Tais ativos não podem ser alienados, onerados ou desviados de sua finalidade original sem autorização prévia do órgão concedente. A Entidade mantém controles patrimoniais e contábeis individualizados e segregados para esses bens, assegurando rastreabilidade e conformidade para fins de prestação de contas.

Instrumento	31/dez/2025	31/dez/2024
Verba COVID-19 — Equipamentos e Móveis	744	992
Res. SES/MG nº 7.874/2021 — Equipamentos	780	1.040
Res. SES 9.828/2024 — Equipamentos	772	-
Convênio Federal nº 922385/2021 — Equipamentos	177	235
Res. SES/MG nº 8.904/2023 — Equipamentos	76	113
Res. SES nº 9.005/2023 — Aparelhos	143	181
Res. SES nº 9.252/2024 — Aparelhos	49	62
Res. SES nº 9.601/2024 — Aquisição	76	-
Emenda Impositiva — Proj. Lei nº 44/2023	46	58
Termo de Compromisso nº 03/2025 — Emendas Impositivas	130	-
Total — Imobilizado com Restrições	2.993	2.681

10.3 – Aquisições no exercício

Classe de Ativo / Instrumento	Valor Adicionado
Edificações e benfeitorias (obras)	204
Máquinas e equipamentos	116
Móveis e utensílios	9
Res. SES 9.828/2024 — Equipamentos (com restrição)	772
Res. SES nº 9.601/2024 (com restrição)	76
Termo de Compromisso nº 03/2025 — Emendas Impositivas (com restrição)	130
Total de aquisições no exercício	1.307

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Entidade realizou aquisições de bens imobilizados no montante total de R\$ 1.306.724, com o objetivo de ampliar, modernizar e manter sua infraestrutura física e operacional, abrangendo itens destinados às atividades assistenciais, administrativas e de apoio. As aquisições foram financiadas com recursos próprios e, quando aplicável, com verbas oriundas de convênios públicos, respeitando os termos e condições pactuados.

NOTA 11 – INVESTIMENTOS

Os investimentos da Entidade compreendem participações em cooperativas de crédito, registradas pelo custo de aquisição, conforme segue:

11.1 – Investimentos Financeiros – Participações em Cooperativas

Instituição	31/dez/2025	31/dez/2024
Sicredi — Integralização de Quotas de Capital	8	7
Unicred — Integralização de Quotas de Capital	57	51
Acicred — Integralização de Quotas de Capital	-	2
Total	65	60

NOTA 12 – FORNECEDORES

A rubrica de fornecedores compreende as obrigações a pagar pelo fornecimento de materiais, bens e serviços, inclusive honorários médicos e serviços especializados, adquiridos no curso ordinário das operações da Entidade. As contas a pagar são classificadas no passivo circulante quando o vencimento ocorrer no prazo de até doze meses a contar da data do balanço e serão liquidadas no decorrer do exercício de 2026.

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Fornecedores de materiais e serviços	672	950
Total	672	950

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Obrigações a pagar com pessoal: referem-se à folha de pagamento do mês de dezembro de 2025, cujo pagamento foi efetivado no início de janeiro de 2026, registrada pelo valor líquido a pagar aos colaboradores.

Provisões com pessoal: representam os montantes acumulados a título de benefícios adquiridos pelos colaboradores e ainda não liquidados, compreendendo a provisão para férias, o adicional constitucional de um terço sobre férias e os encargos de FGTS correspondentes, reconhecidos pelo regime de competência.

13.1 – Obrigações com o pessoal – folha de dezembro/2025

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Salários e ordenados a pagar	930	973
Rescisões a pagar	48	8
Empréstimo consignado — Caixa Econômica Federal	-	57
INSS retido	148	116
FGTS a pagar	165	108
Total	1.921	1.262

13.2 – Provisões com Pessoal

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Provisão para férias	1.283	1.115
Provisão — adicional de 1/3 sobre férias	217	372
Provisão — FGTS sobre férias	120	119
Total	1.620	1.606

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS

As obrigações sociais e fiscais compreendem os tributos federais, estaduais e municipais apurados no exercício e os encargos trabalhistas e previdenciários retidos ou devidos pela Entidade, cujo recolhimento ocorrerá no exercício subsequente. Os valores estão registrados com base na legislação vigente, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
IRRF de funcionários (cód. 0561)	71	132
IRRF de autônomos (cód. 0588)	-	-
IRRF pessoa jurídica (cód. 1708)	12	12
PIS/COFINS/CSLL retido de PJ (cód. 5952)	32	31
ISS	-	1
Total	115	176

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos destinam-se ao suporte das operações e ao financiamento de investimentos da Entidade. São mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa de juros efetiva, sendo os encargos financeiros reconhecidos no resultado conforme o regime de competência. As operações estão garantidas por avais dos membros da diretoria e/ou por penhor de direitos creditórios junto ao SUS — Sistema Único de Saúde.

Favorecido / Instituição	Vencimento	Taxa de Juros	2025		2024	
			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
CEF — Nº 26.0117.610.0000002-39 (R\$ 3.574.747)	12/2030	—	505	3.069	—	—
CEF — Nº 26.0117.610.0000001-56 (R\$ 2.407.972 — liquidado em 2025)	—	15,48% a.a	—	—	581	1.827
Total			505	3.069	581	1.827

No exercício de 2025, a Entidade contratou operação de crédito com a Caixa Econômica Federal no valor total de R\$ 3.574.747, com prazo de 60 meses (vencimento em dezembro de 2030). Os encargos pré-contratados são reconhecidos como redução do valor contábil do instrumento e revertidos ao resultado pelo método da taxa de juros efetiva ao longo da vigência do contrato. O saldo líquido de R\$ 505.336 (circulante) e R\$ 3.069.411 (não circulante) representa o valor presente das obrigações na data do balanço.

NOTA 16 – PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS

A Entidade celebrou parcelamentos de obrigações fiscais e previdenciárias com os órgãos competentes, adotados como medida de gestão do fluxo de caixa e regularização fiscal, assegurando a continuidade operacional. Os parcelamentos são registrados no passivo pelo valor presente das prestações futuras, sendo os encargos financeiros reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

Programa / Parcelamento	CP 2025	LP 2025	Total 2024
PGFN — Parcelamento CLT nº 1.578.177	30	22	82
Total	30	22	82

O parcelamento está vinculado a débitos de natureza trabalhista (CLT) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN. Os termos de adesão formalizam o compromisso da Entidade com a regularização das obrigações e o acompanhamento rigoroso do cronograma de pagamentos.

NOTA 17 – OBRIGAÇÕES COM ACORDOS E PROCESSOS

As obrigações com acordos e processos representam valores provisionados ou acordados judicialmente, decorrentes de ações trabalhistas em curso ou encerradas. Estão registradas no passivo circulante ou não circulante conforme o prazo de exigibilidade e refletem o compromisso da Entidade com o cumprimento de decisões judiciais e acordos extrajudiciais formalizados. Os valores foram apurados com base em pareceres do corpo jurídico da Entidade, atendendo aos critérios de reconhecimento previstos na NBC TG 25 (R2).

17.1 – Acordos Trabalhistas - Circulante

Processo / Acordo	31/dez/2025	31/dez/2024
Proc. Trabalhista nº 0010774-60.2025.5.03.0081	7	-
Acordo Rescisão Advocatícios (parcela corrente)	45	-
Proc. Trabalhista nº 0010581-16.2023.5.03.0081	-	67
Acordo extrajudicial — Elizabeth Labanca Miranda	-	3
Total — Circulante	52	70

17.2 – Acordos Trabalhistas – Não Circulante

Processo / Acordo	31/dez/2025	31/dez/2024
Acordo Rescisão Advocatícios (parcelas LP)	79	-
Total — Não Circulante	79	-

18 – SUBVENÇÕES A REALIZAR

As subvenções a realizar representam recursos financeiros recebidos de órgãos públicos estaduais e federais, vinculados a condições e finalidades previamente estabelecidas — aquisição de equipamentos, melhorias de infraestrutura e custeio operacional. São reconhecidas no passivo quando do recebimento e apropriadas ao resultado: (i) na proporção da depreciação dos ativos adquiridos, quando vinculadas a bens do imobilizado; e (ii) no período em que as despesas de custeio correspondentes são incorridas, em estrita observância à NBC TG 07 (R2) — Subvenção e Assistências Governamentais.

18.1 – Subvenções Municipais

Instrumento	CP 2025	LP 2025	31/12/2024
Emenda Impositiva — Proj. Lei nº 44/2023	113	-	100
Emenda Impositiva — Proj. Lei nº 44/2023	-	46	58
Termo de Compromisso nº 03/2025 — Emendas Impositivas	205	-	-
Total Municipais	318	46	158

18.2 – Subvenções Estaduais

Instrumento	CP 2025	LP 2025	31/12/2024
Valora Minas	786	-	790
Deliberação CIB-SUS/MG nº 4.586/2025	485	-	260
Res. SES 9.828/2024 — Equipamentos	922	-	-
Res. SES nº 9.600/2024 — Aquisição	461	-	406
Res. SES nº 9.606/2024 — Aquisição	461	-	406
Res. SES nº 9.601/2024 — Máquinas	109	-	-
Rede Urgência e Emergência	128	-	50
Res. SES nº 9.005/2023 — Aparelhos	-	143	181
Res. SES nº 9.252/2024 — Aparelhos	-	49	63
Res. SES/MG nº 8.904/2023 — Equipamentos	-	76	112
Verba COVID-19 — Equipamentos e Móveis	-	744	992
Res. SES/MG nº 7.874/2021 — Equipamentos	-	780	1.040
Total Estaduais	3.352	1.793	4.300

18.3 – Subvenções Federais

Instrumento	CP 2025	LP 2025	31/12/2024
Portaria GM/MS nº 7.307/2025 — Atenção Especializada	1.032	-	-
Portaria GM/MS nº 3.744/2024 — Atenção Especializada	754	-	38
Portaria GM/MS nº 4.825/2024 — Cirurgia	6	-	-
Portaria GM/MS nº 3.745/2024 — Atenção Especializada	-	-	-
Convênio Federal nº 922385/2021 — Equipamentos	-	176	235
Total Federais	1.792	176	273

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Subvenções Municipais	364	158
Subvenções Estaduais	5.145	4.300
Subvenções Federais	1.969	273
Total Subvenções a Realizar	7.478	4.731

19 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações compreendem valores de natureza diversa não classificados nas demais rubricas do passivo, incluindo: (i) empréstimo consignado vinculado ao FGTS (Crédito Trabalhador), representando desconto de benefício a ser repassado; e (ii) outras obrigações de caráter operacional. Os valores estão registrados conforme os termos contratuais acordados

Descrição	31/dez/2025	31/dez/2024
Empréstimo Consignado FGTS — Crédito Trabalhador	79	-
Convênio médico	-	5
Cheques em trânsito	-	18
Outras obrigações operacionais	-	-
Total	79	23

20 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Em conformidade com a NBC TG 25 (R2) — Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Entidade reconhece provisões para contingências quando: (i) existe obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) pode ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As provisões são apuradas com base em pareceres do corpo jurídico da Entidade, considerando o histórico de litígios e a expectativa de desfecho de cada processo.

Os processos classificados com probabilidade possível de perda não foram provisionados, conforme critério da NBC TG 25 (R2), estando apenas divulgados nesta nota. A Entidade não identificou ativos contingentes com probabilidade provável de realização no exercício.

20.1 – Provisões Constituídas – Probabilidade Provável

Ações Trabalhistas

Processo	31/dez/2025	31/dez/2024
Nº 0011094-47.2024.5.03.0081 — Ação Coletiva	42	-
Nº 0010391-82.2025.5.03.0081 — Catiani	55	-
Nº 0010034-05.2025.5.03.0081 — Welinton	60	-
Nº 0010455-92.2025.5.03.0081 — Ação de Reconhecimento	6	-
Nº 0010688-89.2025.5.03.0081 — Sandy G.	60	-
Nº 0011260-45.2025.5.03.0081 — Juliana	43	-
Total — Ações Trabalhistas Provisionadas	266	-

Ações Cíveis 2024 (revertidas em 2025)

Processo	31/dez/2025	31/dez/2024
Nº 0287100005944 — Valdemar Antonio da Silva	-	400
Nº 0287.10.003967-9 — Adrielle Cristina	-	224
Nº 0287.13.010113-5 — Luiza Bueno Cardoso	-	280
Total — Ações Cíveis Provisionadas	-	904

20.2 – Processos com Probabilidade Possível – Não Provisionados

Existem outros processos judiciais em andamento com probabilidade de perda classificada como possível. As informações sobre esses processos serão confirmadas após análise do corpo jurídico da Entidade

21 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é constituído pela dotação inicial, pelos bens a ele incorporados ao longo do tempo e pelos resultados líquidos dos exercícios — superávits ou déficits — acumulados. Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade não distribui lucros, dividendos ou qualquer parcela de seu patrimônio a instituidores, dotadores ou administradores, seja de forma direta ou indireta, destinando integralmente os eventuais superávits à manutenção e ampliação das atividades institucionais, em conformidade com a ITG 2002 (R1).

Descrição	Valor
Patrimônio Social em 31/12/2024	4.427
(+) Superávit do exercício de 2025	151
Patrimônio Social em 31/12/2025	4.578

22 – RECEITAS COM CONVÊNIOS E OPERADORAS

As receitas com convênios referem-se aos valores faturados pela prestação de serviços médico-hospitalares e assistenciais a operadoras de planos e seguros de saúde e a entes públicos vinculados por contrato. O reconhecimento ocorre no período em que os serviços são efetivamente prestados, observando o regime de competência e os valores pactuados nos contratos vigentes.

Descrição	31/dez/2025
Receitas com convênios e operadoras de saúde	16.739
Total	16.739

23 – RECEITAS COM O SUS

As receitas do SUS correspondem aos repasses efetuados pelo poder público em decorrência dos serviços prestados no âmbito das contratualizações e incentivos vigentes. A apuração é realizada com base nos serviços efetivamente realizados e nos tetos financeiros e portarias aplicáveis, incluindo incentivos adicionais quando previstos nos instrumentos contratuais.

Descrição	31/dez/2025
Receitas com o SUS	14.193
Total	14.193

24 – RECEITAS COM PACIENTES PARTICULARES

Compreendem os valores recebidos ou a receber diretamente de pacientes por serviços de saúde prestados sem intermediação de planos ou convênios. As receitas são reconhecidas na data da efetiva realização do atendimento, de acordo com o regime de competência.

Descrição	31/dez/2025
Receitas com pacientes particulares	1.958
Total	1.958

25 – RECEITAS COM SUBVENÇÕES E DOAÇÕES

As subvenções governamentais são transferências de recursos públicos destinadas a cobrir despesas de custeio ou financiar a aquisição de ativos da Entidade, sem expectativa de reembolso. As subvenções para custeio são reconhecidas no resultado no período em que as despesas correspondentes são incorridas. As subvenções vinculadas a ativos são reconhecidas no passivo e apropriadas ao resultado na proporção da depreciação dos bens adquiridos, em conformidade com a NBC TG 07 (R2). As doações recebidas são reconhecidas como receita no momento do recebimento efetivo ou, no caso de bens, pelo valor justo na data do recebimento.

25.1 – Subvenções Municipais

Descrição	31/dez/2025
Subvenções municipais para custeio e investimento	68
Total	68

25.2 – Subvenções Estaduais

Descrição	31/dez/2025
Subvenções estaduais para custeio e investimento	6.996
Total	6.996

25.3 – Subvenções Federais

Descrição	31/dez/2025
Subvenções federais para custeio e investimento	7.686
Total	7.686

25.3 – Receitas com Doações

As doações recebidas no exercício de 2025 foram integralmente aplicadas no custeio das atividades assistenciais da Entidade, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/dez/2025
Doações de pessoas físicas e jurídicas	451
Total	451

Consolidado — Subvenções e Doações	31/dez/2025
Subvenções municipais	68
Subvenções estaduais	6.996
Subvenções federais	7.686
Doações	451
Total	15.201

26 – RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos obtidos sobre as aplicações financeiras de curto prazo e outras receitas decorrentes de operações financeiras realizadas ao longo do exercício. Os valores são reconhecidos conforme auferidos, de acordo com o regime de competência e a política de gestão financeira da Entidade.

Descrição	31/dez/2025
Rendimentos de aplicações financeiras	118
Descontos obtidos	120
Outras receitas financeiras	912
Total	1.150

27 – RECEITAS DIVERSAS

As receitas diversas compreendem valores de natureza acessória à atividade principal, recebidos ao longo do exercício, incluindo receitas com locação de imóveis, receitas com fornecimento de refeições, receitas com acesso a prontuários e outras receitas operacionais. São registradas de acordo com o regime de competência.

Descrição	31/dez/2025
Receitas com aluguéis	52
Receitas com refeições	18
Receitas com prontuários	9
Outras receitas	12
Total	91

28 – CUSTOS COM PESSOAL

Compreendem os gastos com salários, encargos sociais (INSS, FGTS), provisões trabalhistas (férias, 13º salário), benefícios e demais obrigações decorrentes da contratação de pessoal próprio da Entidade, segregados entre os diretamente relacionados às atividades assistenciais e as despesas de natureza administrativa.

Descrição	31/Dez/2025
Custos com pessoal — atividades assistenciais	19.717
Total	19.717

29 – CUSTOS COM SERVIÇOS MÉDICOS

Referem-se aos valores pagos ou provisionados a profissionais de saúde e empresas contratadas para prestação de serviços médicos, laboratoriais e de diagnóstico. Incluem plantões médicos, honorários cirúrgicos, serviços de anestesia, exames especializados e outros atendimentos complementares diretamente vinculados à atividade assistencial.

Descrição	31/dez/2025
Custos com serviços médicos e laboratoriais	16.335
Total	16.335

30 – CUSTOS COM MATERIAIS

Os custos com materiais compreendem os itens consumidos nos procedimentos assistenciais e nas atividades operacionais e administrativas, apurados com base na efetiva baixa do estoque pelo método da média ponderada móvel.

Descrição	31/dez/2025
Custos com materiais médico-hospitalares e de consumo	8.370
Total	8.370

31 – CUSTOS OPERACIONAIS

São compostos pelos demais custos relacionados à operação da Entidade não classificados em rubricas específicas, incluindo despesas com utilidades, manutenção de infraestrutura, tecnologia da informação e serviços de suporte essenciais ao funcionamento institucional.

Descrição	31/dez/2025
Energia elétrica	549
Manutenção de equipamentos	533
Água e esgoto	298
Serviços de limpeza	227
Locação de equipamentos	108
Locação de equipamentos de uso medicinal	33
Manutenção predial	56
Fretes e carretos	1
Total	1.805

32 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas englobam os gastos necessários à gestão e administração geral da Entidade, não diretamente imputáveis às atividades assistenciais.

Descrição	31/dez/2025
Softwares e serviços de informática	372
Materiais de escritório	85
Telefones	76
Seguros — empréstimos bancários	47
Viagens e hospedagens (líquido)	24
Associações de classe	12
Anúncios e publicações	9
Cartório	3
Cursos e treinamentos	1
Outras despesas administrativas	1
Total	630

33 – DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS

Referem-se à contratação de empresas ou profissionais especializados para execução de serviços não cobertos pelo quadro de pessoal próprio, incluindo assessorias jurídica e contábil, consultoria técnica e serviços de vigilância, portaria e segurança.

Descrição	31/dez/2025
Serviços de vigilância, portaria e segurança	288
Serviços contábeis	112
Serviços jurídicos	109
Serviços de consultoria e assessoria	83
Serviços de arquivamento de documentos	56
Serviços de auditoria	12
Total	660

34 – DESPESAS FINANCEIRAS

Incluem os encargos com juros, multas por atraso, tarifas bancárias e demais despesas decorrentes de operações financeiras, contratos de empréstimos e parcelamentos de tributos, reconhecidos no resultado conforme o regime de competência pelo método da taxa de juros efetiva.

Descrição	31/dez/2025
Despesas bancárias e encargos financeiros	432
Total	432

35 – DESPESAS COM ACORDOS E PROCESSOS

Compreendem os valores efetivamente desembolsados no exercício para pagamento de obrigações decorrentes de ações judiciais trabalhistas encerradas por acordo ou decisão transitada em julgado, bem como as variações nas provisões constituídas para contingências, apuradas conforme os critérios da NBC TG 25 (R2).

Descrição	31/dez/2025
Despesas com processos e acordos trabalhistas	458
Total	458

36 – DESPESAS COM DEPRECIÇÕES

As despesas com depreciações correspondem à alocação sistemática do custo dos ativos imobilizados ao longo de sua vida útil estimada, calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na Nota 3(c) e em conformidade com a NBC TG 27.

36.1 – Depreciação de Bens livres

Classe	31/dez/2025
Depreciação de edificações e benfeitorias	27
Depreciação de máquinas e equipamentos	25
Depreciação de equipamentos de informática	7
Depreciação de móveis e utensílios	15
Total — Bens Livres	74

36.2 – Depreciação de Bens com Restrição

A Entidade registra separadamente as depreciações dos bens vinculados a verbas específicas de convênios e subvenções, mantendo controle individualizado para fins de prestação de contas aos órgãos concedentes. Tais depreciações são concomitantemente revertidas como receita, por meio da baixa proporcional das subvenções a realizar registradas no passivo.

Instrumento	31/dez/2025
Verba COVID-19 — Equipamentos e Móveis	248
Res. SES/MG nº 7.874/2021 — Equipamentos	260
Res. SES/MG nº 8.904/2023 — Equipamentos	36
Res. SES nº 9.005/2023 — Aparelhos	38
Res. SES nº 9.252/2024 — Aparelhos	12
Convênio Federal nº 922385/2021 — Equipamentos	59
Emenda Impositiva — Proj. Lei nº 44/2023	12
Total — Bens com Restrições	665

Total Geral de Depreciações	31/dez/2025
Depreciações — bens livres	74
Depreciações — bens com restrições	665
Total	740

37 – DESPESAS OPERACIONAIS DIVERSAS

As despesas operacionais diversas compreendem gastos não recorrentes ou não classificados nas demais categorias, incluindo devoluções de recursos não aplicados referentes a convênios anteriores, taxas e contribuições públicas e despesas com doações. São registradas conforme o regime de competência.

Descrição	31/dez/2025
Devolução de recursos não aplicados — Res. SES 8.461	13
Devolução de recursos não aplicados — Res. SES 7.725	12
Despesas com doações	5
Taxas e contribuições públicas	3
Total	33

38 – ATENDIMENTOS HOSPITALARES – PERCENTUAL SUS

Em atendimento à Lei nº 12.101/2009 e ao Decreto nº 8.242/2014, a Entidade apurou o percentual de atendimentos realizados pelo SUS no exercício de 2025, observado o critério estabelecido no art. 9º da referida Lei. A apuração demonstrou que a Entidade realizou mais de 60% (sessenta por cento) de seus atendimentos pelo SUS, considerando a exclusão do componente ambulatorial na proporção regulamentada, em conformidade com os termos da contratualização vigente.

39 – ISENÇÕES USUFRUÍDAS - CEBAS

A Entidade é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social — CEBAS na área de saúde, concedido pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria SAES/MS nº 3.286, de 23 de setembro de 2025. Em razão da detenção do CEBAS e do atendimento ao percentual mínimo de 60% ao SUS, a Entidade faz jus à isenção das contribuições sociais patronais previstas no art. 195, §7º da Constituição Federal, regulamentadas pela Lei nº 12.101/2009. As isenções usufruídas no exercício de 2025 estão demonstradas a seguir:

Contribuição / Tributo	Valor Isento 2025
Cota Patronal INSS (20%)	5.093
Contribuição ao SESI/SENAI/SENAC/SESC	1.043
Contribuição ao INCRA e Salário-Educação	151
Total de Isenções	6.287

40 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial pelos valores contábeis, em conformidade com os critérios de mensuração descritos nas notas explicativas correspondentes. A Entidade classifica seus ativos e passivos financeiros conforme as categorias estabelecidas pela NBC TG 48 — Instrumentos Financeiros, adotando o custo amortizado como método de mensuração para a maioria dos instrumentos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não possuía instrumentos financeiros derivativos, operações de hedge contábil ou outros instrumentos financeiros de natureza especulativa. Os principais riscos financeiros a que a Entidade está exposta são:

Risco de crédito: decorrente da possibilidade de inadimplência das operadoras de planos de saúde e do poder público nos repasses do SUS. A Entidade monitora continuamente seus recebíveis e adota política de gestão de crédito baseada em histórico de recebimentos.

Risco de liquidez: relacionado à capacidade da Entidade de honrar seus compromissos financeiros nos vencimentos pactuados, monitorado por meio do acompanhamento do fluxo de caixa e da manutenção de aplicações financeiras de liquidez imediata.

Risco de mercado (taxa de juros): decorrente das variações nas taxas de juros que afetam os encargos dos empréstimos e os rendimentos das aplicações financeiras. A Entidade não realiza operações de hedge para mitigação desse risco.

41 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da Entidade revisou os eventos ocorridos entre a data do balanço (31 de dezembro de 2025) e a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis, em conformidade com a NBC TG 24 — Evento Subsequente.

Não foram identificados eventos subsequentes à data do balanço que impliquem ajuste ou divulgação relevante nas presentes demonstrações contábeis.

Guaxupé (MG), 31 de dezembro de 2025.

Dr. Ângelo José de Lara

Provedor
Irmandade de Misericórdia de Guaxupé

Jouber L. de Carvalho

Contador — CRC MG-093819/O
Irmandade de Misericórdia de Guaxupé